

Políticas culturais

Maria das Graças Cavalcanti Pereira – UFRN-PGCS

ALVES, Elder Patrick Maia (Org.). Políticas culturais para as culturas populares no Brasil contemporâneo. Maceió: EDUFAL, 2011, (241 páginas).

O livro organizado por Elder Patrick Maia Alves, graduado, mestre e doutor em Sociologia, atualmente é professor do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), membro do grupo de pesquisa, Cultura, memória e desenvolvimento (UNB/UFAL), do Laboratório de Investigações Sociológicas (Sociolab/ICS) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGCS/ICS/UFAL), onde integra a linha de pesquisa Cultura, patrimônio e memória reflete a pluralidade da reflexão acadêmica contemporânea sobre políticas culturais para as culturas populares no Brasil, a qual não só permeia a atenção de vários pesquisadores e diversas teorias de centros de investigação como evidencia a necessidade do mapeamento de algumas ações e programas ocorridos na última década, no âmbito da administração cultural pública brasileira.

Essa temática tem como propagação fundamental o valor político-estético da cultura, e, na atualidade, às categorias-força de diversidade, autenticidade e identidade/pertencimento. Tais categorias-força têm dado vida a tratados internacionais, convenções e políticas voltadas à defesa e ao acesso das chamadas culturas populares.

Logo na introdução da obra, o seu organizador nos adverte de que não é pretensão dos autores fazer uma retrospectiva nem tampouco uma atualização de uma crítica político-normativa às políticas culturais públicas. Elder Alves comenta sobre o antigo costume em dividir a narrativa da história das políticas culturais no Brasil em quatro momentos capitais: a segunda metade do século XIX (mais ou menos entre 1840 e fim do Império), período em que surgem instituições como a Escola Nacional de Belas Artes e os Institutos Histórico-Geográficos (IHGBs); a primeira fase da Era Vargas (1930-1945), período em que surgem instituições com envergadura jurídica aglutinadora e poder simbólico capazes de difundir e nacionalizar, conteúdos como o Ministério da Educação e Saúde – mais tarde, nos anos cinquenta, Ministério da Educação e Cultura –, o Instituto Nacional do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), o Instituto Nacional do Livro e o Instituto Nacional do Cinema Educativo, entre outros. Além disso, o organizador enfatiza outros momentos importantes da história em sua pesquisa, como o período da ditadura militar (1964-1985), quando surgem instituições como a Embrafilme, a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) e o próprio Ministério da Cultura, em 1985, e, por fim, o período de 1985 até os

dias de hoje, passando por um breve eclipse com a extinção do Ministério da Cultura em 1991 e por sua recriação em 1992, com uma divisão mais específica e decisiva para as políticas culturais na contemporaneidade: os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e os oito anos do governo Lula (2003-2010). Ele ainda ressalta o início do processo de redemocratização, ocorrido durante os anos oitenta do século passado, quando surgem efetivamente novos movimentos e vanguardas políticas, estéticas e culturais, estreitando ainda mais a relação entre política e cultura.

Assim, os três artigos reunidos na primeira parte oferecem ao leitor um painel em que se desenham diferentes perspectivas ou representações sobre as condições sociológicas de possibilidade: memória, autenticidade e diversidade, o qual evidencia a implementação de um conjunto de políticas destinadas às culturas populares no Brasil.

O trabalho intitulado Alguns apontamentos sobre o dueto memória e modernidade é elucidativo por serem primordiais no instante em que interferem na seleção dos materiais selecionados e por cumprir importante tarefa na distribuição de fundos de saberes simbolicamente armazenado. Segundo o autor do texto, Edson Farias, a memória participa, nesse sentido, das opções de integração simbólica, e estas ecoam as particulares fórmulas de coordenação dos atos historicamente internos a respectivos equilíbrios de poder, as subordinações mútuas entre pessoas e a construção/reconstrução do passado, como importante ferramenta nas estratégias constantes de elaboração e ressignificação de identidades étnicas, de gênero, geracionais, regionais e sexuais, como também, na contrapartida dos esforços dedicados às correções de narrativas, em sintonia seletiva com a disseminação das interpretações pós-estruturalista e pós-modernistas na filosofia e nas ciências humanas, além do diálogo com áreas dos campos artísticos. Na segunda parte de seu artigo, examina boa parte dos ativismos políticos mais engajados no sentido de legitimação e celebração de determinadas memórias, sobretudo no âmbito da cultura popular.

Em Artesanato e luxo: entre autenticidade e as trocas comerciais, Salete Nery nomeia como fio condutor de seu estudo a problematização em torno da produção contemporânea do valor de autenticidade atribuído ao artesanato. Para a autora, o processo artesanal de produção constituiria um resquício da vinculação entre experiências e bens e seria experimentado por seus consumidores como uma espécie de resgate de valores fundamentais aparentemente perdidos, que se consubstanciariam como possibilidade de salvação dos homens e seriam percebidos nos discursos ecológicos, sociais e de apelo às tradições. Como o artesanato é um bem da memória, o signo de sua autenticidade tem impregnado também os bens de moda de luxo, fazendo interface tanto no mercado da moda quanto no mundo do entretenimento e do

turismo especializado e circulando como referência nacional e transnacional de determinadas marcas e signos estéticos.

No trabalho subsequente, A diferença como bem universal: a noção de diversidade cultural no discurso da UNESCO, Mariella Pitombo apresenta ao leitor uma continuidade dos trabalhos precedentes ao tomar como base empírica os bastidores do processo de elaboração da Convenção para a promoção e a proteção para a diversidade das expressões culturais, visto que esse instrumento não surgiu exclusivamente por iniciativa da UNESCO, e sim como resultado de uma dinâmica social mais ampla, no interior da qual diferentes interesses e valores foram disputados, revelando as lutas travadas no decorrer do processo e, conseqüentemente, os desequilíbrios na balança de poder, o que cria condições de entendimento dos trabalhos que o sucedem.

A autora acredita que a ativação dos fluxos globais provoca, ainda, o desenvolvimento dos processos migratórios, gerando tensões políticas ao aproximar realidades distintas, quais sejam: multiculturalismo, pluralismo cultural, processos de hibridização, criolização, sincretismo, diásporas, dentre outras.

A segunda parte do livro dá início com O lugar das culturas populares no sistema MinC: o sertão e a institucionalização das políticas culturais para as culturas populares, de autoria do organizador do livro, Elder Maia Patrick Alves busca realizar uma dialogia com os trabalhos antecedentes estabelecendo uma interface entre as duas partes que compõem a obra, cruzando informações que presidiram o crescimento do espaço institucional e político da cultura popular no âmbito do Ministério da Cultura desde 2003, como o Programa do Patrimônio Imaterial (PNPI), o Plano Nacional de Cultura (PNC), o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania (Cultura Viva), o processo de constitucionalização da cultura e novas demandas para determinados destinos turísticos e a cultura popular sertanejo-nordestina, cuja rede de semelhanças sociais que a mantém é tecida pela experiência de devorar bens e serviços culturais gerados sob o signo da “autenticidade” e “tradição”, cristalizados nos conteúdos de rituais, músicas, artefatos estéticos, performances, objetos artísticos, poesias, cantos, entre outros.

No artigo A etnogênese Kalunga na conformação étnico-quilombola, Thais Marinho apresenta uma linha de continuidade direta com os trabalhos anteriores, utilizando muitas concepções de uso e de interesses, com a produção de novos sujeitos políticos, etnicamente diferenciados pelo termo “quilombola”, depois da ampla tomada de conhecimento dos novos direitos instituídos pelo artigo 68 dos Atos dos Dispositivos Constitucionais Transitórios da Constituição Federal Brasileira de 1988. O objeto de análise dessa dinâmica é a comunidade remanescente do quilombo Kalunga, localizada no Nordeste de Goiás, a 600 km de Goiânia, focalizando a organização e a estrutura social, explorando-as em seus níveis micro e macro.

Por fim, no último trabalho, *Cultura Viva: a introdução de novos atores na política cultural brasileira*, João Domingues apresenta um quadro minucioso e criativo de uma das políticas culturais mais impactantes do Ministério da Cultura, o Programa Cultura, Educação e Cidadania (Cultura Viva), cuja operacionalidade é fornecida pela instauração de Pontos de Cultura, que consistem na realização de atividades artístico-culturais (desenvolvimento de linguagens específicas, escolas de arte, profissionalização de grupos, fabricação de instrumentos, entre muitas outras) em bairros de periferias das grandes cidades brasileiras, em comunidades rurais, em associações culturais e em centros de recreação e lazer, entre outros.

As duas partes do livro contêm um painel entrelaçado não apenas das políticas culturais para as culturas populares no Brasil contemporâneo, mas também da possibilidade de compreender esse novo temário. A diversidade das abordagens realizadas reflete novos conteúdos e velhos dilemas estético-políticos envolvendo as culturas populares e alimentam os debates promovidos neste livro organizado por Elder Patrick Maia Alves. A ampla participação dos atores envolvidos nessas perspectivas, em que protagonismos são deslocados e o lugar comum das coisas ganha disposições distintas, contribui com novas perspectivas para todos aqueles que encaram o desafio de empreendê-las.